

## **DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: O CAMPUS DA UNB EM PLANALTINA<sup>1</sup>**

**Jacques Velloso - Faculdade de Educação**

Universidade de Brasília

jacques.velloso@terra.com.br

**Lívia Veleda de Sousa e Melo - Secretaria de Educação Superior**

Ministério da Educação

liviaveleda@yahoo.com.br

**Resumo:** O estudo situa-se no âmbito de questões das políticas de democratização do acesso à educação superior. A Universidade de Brasília vem abrindo novos *campi* em regiões socialmente desfavorecidas do Distrito Federal. O perfil social dos alunos do primeiro desses novos *campi* foi cotejado com o de alunos de cursos congêneres da sede, com dados obtidos através de questionários, mediante amostragem por saturação. Os resultados indicaram o êxito dessa estratégia de democratização, mas entrevistas com gestores revelaram falhas na concepção e na gestão acadêmica, limitando a inclusão social almejada.

**Palavras chave:** democratização do acesso à universidade – concepção e gestão de novos *campi* – perfil social do universitário.

### **Introdução**

Historicamente o nível superior de educação tem acolhido uma pequena parcela da população. Há quase quinze anos, a partir na segunda metade da década de 1990, intensificou-se a pressão pelo acesso aos cursos superiores, seja como resultado de políticas educacionais adotadas no período, seja em virtude de outros fatores, apontados por Neves, Raizer e Rochele (2007), como a valorização do conhecimento científico, a defesa dos direitos sociais, a aspiração das famílias por mobilidade social via educação e a necessidade de aquisição de mais e melhores competências para enfrentar o mercado de trabalho. Atualmente pouco mais de 12% dos jovens entre 18 e 24 anos frequentam a educação superior (INEP, 2008).

Como agravante, o acesso à educação superior é fortemente diferenciado por nível social e raça. O perfil dos estudantes das instituições públicas, ainda que de menor extração social que nas instituições particulares, quando comparado com o do alunado do ensino médio acentua a desigualdade no acesso à educação superior; aquele perfil é predominantemente demarcado por jovens do sexo masculino, de cor branca, filhos de pais com nível superior, pertencentes à classe média e residentes em localidades próximas à universidade que frequentam (SAMPAIO *et al*, 2001; FONAPRACE, 2004).

É nesse panorama que governos estabelecem políticas públicas e instituições de educação superior adotam estratégias visando a democratização do acesso à universidade. O conceito de democratização do acesso é polissêmico, variando bastante entre os autores que tratam do assunto, indo desde a simples ampliação de vagas a uma expansão aliada a

mecanismos de inclusão social<sup>2</sup>. Não é difícil argüir a favor da última acepção do conceito, pertinente a uma sociedade que é extremamente heterogênea – ou desigual – do ponto de vista econômico e educacional; é improvável que uma mera ampliação de vagas propicie o acesso à universidade de estudantes de menor extração social e ainda lhes permitam boas probabilidades de concluir sua formação.

Nesses termos, a democratização do acesso envolve fortes modificações na educação básica. Envolve também alterações no formato de seleção dos candidatos às universidades públicas de nosso país, pois que este geralmente tem sido um filtro que atua bem para a escolha de elites sociais e menos para a discriminação de elites intelectuais. Envolve ainda a adoção de mecanismos que concedam aos estudantes de menor nível socioeconômico chances dignas de alcançar o final da graduação.

Nos últimos anos a Universidade de Brasília (UnB) vem desenvolvendo estratégias visando democratizar o acesso a seus cursos. Em 2004 adotou o sistema de cotas para negros em seus vestibulares, mediante o qual 20% das vagas são reservadas para pretos e pardos. Estudos têm mostrado que as cotas têm aproximadamente duplicado as chances de ingresso de candidatos negros (VELLOSO, 2009); por outras palavras, mais da metade dos cotistas que vêm ingressando na UnB não estariam estudando na universidade caso inexistisse o sistema de cotas; este mais que duplicou as chances de acesso aos negros. Resultados como esses não surpreendem, pois a educação básica freqüentada pela grande maioria dos candidatos negros no país é a da escola pública, que via de regra oferece qualidade de ensino bem menor que a particular – na verdade, não é só a grande maioria dos negros que frequentam a escola pública, são também as crianças e jovens de nível social mais baixo, já que a cor da pele e o nível socioeconômico são empiricamente coincidentes em parcela muito expressiva da população brasileira (HASENBALG, 1997).

No ano seguinte à implantação das cotas na UnB foi discutida a criação de um sistema interligado de três *campi*, visando atender à demanda das populações locais e contribuir para acelerar o processo de desenvolvimento socioeconômico e científico da região (FUB, 2005). Tal atendimento abriria as portas da universidade a potenciais estudantes de menor extração social; de modo análogo às cotas, concorreria para a democratização do acesso. O *campus* instalado na Região Administrativa de Planaltina, ou Faculdade UnB Planaltina (FUP), inaugurado em 2006, foi a primeira experiência desse novo sistema, que pretendia absorver alunos residentes em sua “zona de sua influência”<sup>3</sup>.

A FUP, desde a sua criação e até o primeiro semestre de 2008, ofertou dois cursos de graduação: Licenciatura em Ciências Naturais e Bacharelado em Gestão do Agronegócio<sup>4</sup>. Na

seleção, foram concedidos 20% a mais de pontos na nota final das provas objetivas para os classificados que seguiram o ensino médio em escolas das regiões nas quais a instituição pretendia obter seus candidatos preferenciais. A UnB enfrentou diversos problemas na implantação da FUP. De início, foi modificado o projeto pioneiro de expansão da universidade, formulado em 2005, que fundiu-se com o Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade de Brasília, que veio a fazer parte do REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, do MEC. Em 2008, devido a problemas internos de gestão<sup>5</sup>, o documento foi alterado novamente, sugerindo dificuldades relativas ao planejamento e à execução.

Além dos problemas de gestão, a FUP passou também por grandes oscilações na procura e no preenchimento das vagas ofertadas. Conforme dados oficiais da UnB, a demanda pelos cursos nos primeiros quatro semestres de funcionamento da FUP foi cada vez mais baixa e, em parte por isso, restaram vagas ociosas devido à falta de candidatos aprovados. No primeiro semestre de 2008 essa tendência foi revertida; a procura pelos cursos aumentou expressivamente e todas as vagas foram preenchidas, mas no semestre seguinte a procura voltou a cair, apesar de terem sido preenchidas todas as vagas oferecidas.

Vê-se que a democratização do acesso no projeto da UnB, em sua primeira experiência de descentralização geoeconômica de cursos de graduação, não foi um processo simples. Hipoteticamente, existindo demanda potencial na região, bastaria a oferta de vagas para o surgimento de candidatos. Mas a FUP enfrentou vários desafios em seus três primeiros anos de funcionamento a fim de que fosse assegurada sua continuidade. Para vencer tais desafios a UnB valeu-se de diversas estratégias, como a redução da nota de corte e concessão de inscrição gratuita em processos seletivos, além de promover maior divulgação do *campus* e dos cursos oferecidos.

A zona de influência da FUP tem nível de desenvolvimento sócio-econômico muito inferior ao de Brasília. Diante dessa distância socioeconômica e da ponderável distância geográfica entre o *campus* da FUP e a capital federal – cerca de 40 km –, seria pouco provável que nesse campus prevalecesse uma demanda de elevado status social; também seria pouco provável que candidatos social e economicamente mais bem aquinhoados, cuja residência concentra-se em Brasília e em setores de uma ou outra cidade satélite mais próximas, buscassem o vestibular da FUP. Nesse sentido a abertura do novo *campus* em Planaltina, acolhendo a demanda local e de regiões adjacentes, tinha todas as condições para representar mais um elemento no processo de democratização do acesso à UnB.

Essa democratização realmente efetivou-se? O perfil socioeconômico dos estudantes da FUP é diferente do perfil de alunos da UnB sede? Naquele, os alunos oriundos famílias de menor nível socioeconômico estariam mais presentes que neste? Tais perguntas nortearam o presente estudo.

### **Procedimentos metodológicos**

O estudo original abrangeu a análise de documentos, de informações fornecidas em entrevistas com dirigentes da UnB e de outros atores diretamente envolvidos com a implantação e desenvolvimento dos cursos da FUP, assim como o exame de resultados de dados primários, obtidos mediante a aplicação de questionários a alunos<sup>6</sup>. No presente texto concentramo-nos nos resultados dos questionários, que visaram identificar possíveis diferenças entre o perfil social dos alunos de cursos da FUP e de cursos da UnB sede.

#### *Universos e amostras*

Os universos da pesquisa são integrados por estudantes de cursos de graduação da UnB que ingressaram no primeiro semestre de 2006 e de 2008: dois ofertados na FUP, Bacharelado em Gestão do Agronegócio e Licenciatura em Ciências Naturais, e dois pares de outros cursos, oferecidos na UnB sede. Desejava-se comparar o perfil social de estudantes da FUP e da sede, (*campus* Darcy Ribeiro). Como nesta não há cursos com características idênticas aos da FUP, buscamos na sede aqueles que pudessem mais se assemelhar aos ofertados na FUP. Assim, para o curso de bacharelado em Gestão do Agronegócio na FUP selecionamos, na sede, o par de cursos de Administração e de Agronomia. De modo análogo, para o curso de licenciatura em Ciências Naturais na FUP, na sede foi escolhido o par Ciências Biológicas e Física (ambos com bacharelado e licenciatura).

No presente estudo adotou-se a abordagem de amostra por saturação. Nesta, busca-se aplicar questionários a todos os sujeitos do universo que possam ser encontrados. Para estimar o tamanho do universo, tomamos como ponto de partida as vagas nos editais de seleção dos cursos referidos; essas vagas totalizavam 454 estudantes. Em seguida, consideradas taxas de evasão das turmas que ingressaram no primeiro semestre de 2006<sup>7</sup>, chegou-se a um universo estimado de 374 sujeitos. Foram aplicados questionários a 73% desse alunado (273 casos), um ótimo índice, permitindo uma análise confiável dos dados.

Testes estatísticos são comumente utilizados para que se decida se eventuais diferenças encontradas são ou não significativas, mas isso é dispensável em amostras por

saturação, pois estas não são representativas do ponto de vista estritamente estatístico. Seus resultados são apenas ilustrativos, como os da presente pesquisa. Se a busca de entrevistados alcança índices satisfatórios de entrevistados – ou mais que satisfatórios, como na pesquisa em tela – os dados são tidos como confiáveis. Nessas circunstâncias, os dados têm natureza sobretudo ilustrativa da realidade observada. A credibilidade dos resultados depende da proporção de entrevistados que, como já se indicou, no atual estudo é alta. Assim, os resultados obtidos no presente estudo, ilustrativos, muito provavelmente retratam bem de perto a realidade analisada.

### *Variáveis*

Utilizamos diversas variáveis para caracterizar o perfil socioeconômico dos alunos. Uma delas foi o nível de renda familiar mensal informado pelos estudantes<sup>8</sup>. Num primeiro momento da análise classificamos as faixas de renda em três categorias, de tal modo que cada uma delas correspondesse a aproximadamente 1/3 do total. Num segundo momento, quando discutimos possíveis mudanças quanto à democratização do acesso entre a turma de 2006 e a turma de 2008, geramos uma variável intervalar, atribuindo a cada faixa de renda a média entre os limites inferiores e superiores de cada qual.

Procedemos de modo semelhante com respeito à escolaridade da mãe. Inicialmente a classificamos em três níveis, baixa, média e alta, cada categoria girando em torno de um terço da distribuição da variável. Num segundo momento da análise usamos a variável em formato intervalar, atribuindo um número médio de anos de escolaridade a cada categoria das respostas ao questionário<sup>9</sup>.

As demais variáveis consideradas foram: idade, cor da pele e tipo de instituição em que concluiu o ensino médio (pública ou particular), além da satisfação do aluno com o curso, variável que, como veremos, pode ser associada a problemas na implantação da FUP. A variável idade foi usada no seu formato original, intervalar, em anos. A cor da pele obedeceu aos critérios do IBGE, classificando os alunos conforme sua auto-declaração no questionário, em brancos (incluindo amarelos) e negros (pretos e pardos). O tipo de instituição em que o aluno concluiu o ensino médio foi classificado em duas categorias: estabelecimento público ou particular. A satisfação com o curso foi classificada em duas categorias, sim (satisfeito) e não (insatisfeito).

### **Análise dos resultados: democratização do acesso à UnB?**

Nesta seção discutimos os resultados obtidos no estudo. Inicialmente buscamos verificar se a criação da FUP propiciou maior inclusão de alunos de menor nível social na UnB. Em seguida discute-se a satisfação dos alunos com seus respectivos cursos. Finalizamos a seção abordando a evolução do perfil social do alunado ao longo do tempo, comparando-se duas turmas: a que ingressou em 2006 e a que começou seus estudos em 2008.

Uma primeira variável de interesse é a idade dos alunos, relacionada ao nível social das famílias. Jovens de famílias de menor extração social tendem a ter freqüentado escolas de pior qualidade e a ter sofrido mais reprovações em sua vida estudantil, concluindo mais tarde o ensino médio. A formação anterior de menor qualidade, por seu turno, associa-se a um maior número de tentativas de ingresso na universidade, o que implica maior tempo de transição entre o ensino médio e a entrada numa faculdade ou departamento da UnB. Assim, era de esperar que na FUP, situada em região de baixo nível de desenvolvimento socioeconômico, fossem encontrados alunos menos jovens que no campus Darcy Ribeiro, o da sede, situado no Plano Piloto de Brasília. Examinou-se então a distribuição da idade nos cursos analisados. No de Gestão de Agronegócio, 92% dos alunos têm até 22 anos e a idade dos demais vai de 23 até 46 anos. No par de cursos da sede, Administração & Agronomia, 92% dos alunos têm até somente 21 anos (dois anos a menos que na FUP) e a idade dos restantes vai de 22 até apenas 33 (o limite superior é 13 anos menor que na FUP). Um exame dos outros cursos da pesquisa revelou panorama semelhante ao descrito. Entre os alunos de Ciências Naturais, 90% deles têm até 23 anos e a idade dos demais 10% varia entre 24 e 36 anos. Entre os de Biologia & Física, 90% deles têm até apenas 20 anos (3 anos a menos que na FUP), e os 10% restantes têm entre 21 e 24 anos (o limite superior é 12 anos menor que na FUP).

A evidência, portanto, é nítida no sentido de que nos cursos da FUP estudantes menos jovens – ou mais velhos – são bem mais numerosos que nos cursos congêneres da sede. As médias de idade apresentadas na tabela 1, no entanto, não refletem bem o fenômeno, porque a quantidade de alunos jovens é muito grande. Em vez da média, uma outra medida estatística que, no presente caso, melhor representa o panorama descrito no parágrafo anterior, é o coeficiente de variação. O coeficiente de variação é obtido dividindo-se o desvio padrão pela média, o que permite comparar a variabilidade de distribuições com médias diferentes. No caso em tela, a idade de ingresso na universidade geralmente está limitada pela idade de conclusão do ensino médio, salvo raríssimas exceções. Nesses termos, podemos considerar

que a idade mínima dos alunos é de 17 anos, como de fato ocorre nos universos ora estudados (salvo duas exceções). Logo, como essa idade mínima é praticamente constante para todos os cursos ora estudados, quanto maior a participação de alunos menos jovens (mais velhos) no curso, maior seria a variabilidade da idade do alunado. Assim, cursos que acolhessem alunos mais velhos teriam maior variabilidade das idades, isto é, maior coeficiente de variação da idade.

**Tabela 1: Médias, desvio padrão e coeficientes de variação da idade: *campus* sede e Planaltina**

Curso	Médias de idade	Desvios padrão	Coefficientes de variação
Gestão do Agronegócio	19,8	5,3	0,27
Administração & Agronomia	19,2	2,4	0,12
<b>Total</b>	19,4	3,6	0,19
Ciências Naturais	20,0	4,4	0,22
Biologia & Física	18,9	1,7	0,09
<b>Total</b>	19,4	3,1	0,16

Com efeito, os coeficientes de variação bem retratam a realidade há pouco descrita mediante algumas porcentagens (tabela 1). No curso de Gestão do Agronegócio o valor do coeficiente de variação é 0,27 e, no par de cursos congêneres da sede, é 0,12. A razão entre esses dois coeficientes é 2,3, ou seja, o primeiro é mais que o dobro do outro<sup>10</sup>. Isso significa que os alunos com mais idade são bem mais freqüentes no curso da FUP que no par congênere da sede. Repetindo a comparação, agora com curso de Ciências Naturais e o par Administração & Agronomia, obtém-se a razão de 2,4, praticamente igual à anterior. As razões mostram que, nos cursos da FUP, os estudantes mais velhos são relativamente mais numerosos que nos cursos congêneres da sede. Os cursos em Planaltina contribuíram assim para ampliar as oportunidades de acesso à UnB, permitindo o ingresso daqueles que, devido à sua idade – denotando nível social menor ou término do ensino médio há muito tempo –, teriam menores chances de entrar na universidade.

Na mesma perspectiva, um outro indicador de democratização do acesso é a cor da pele dos alunos (tabela 2). Os cursos do *campus* de Planaltina incluíram mais alunos negros (pretos e pardos) que seus congêneres da sede. As proporções de negros, em Gestão do Agronegócio e no par de cursos Administração & Agronomia, correspondem a uma expressiva razão entre elas de 1,3. Razão ainda maior, no valor de 1,5, é encontrada entre as porcentagens de negros na licenciatura de C. Naturais e no par formado por Biologia & Física, indicando que aquela licenciatura também desempenhou um relevante papel em prol da inclusão de negros na UnB.

**Tabela 2: Cor por curso: *Campus* sede e Planaltina (%)**

Curso	Cor		
	Negros	Não Negros	Total
Gestão do Agronegócio	55,1	44,9	100,0
Administração & Agronomia	44,1	55,9	100,0
<b>Total</b>	47,7	52,3	100,0
Ciências Naturais	58,7	41,3	100,0
Biologia & Física	40,0	60,0	100,0
<b>Total</b>	47,1	52,9	100,0

As Tabelas 3 e 4 dizem respeito a duas características familiares, importantes definidoras do nível socioeconômico dos estudantes: escolaridade da mãe e a renda familiar. Examinemos a primeira dessas duas, tomando como critério escolaridade baixa.

**Tabela 3: Escolaridade da mãe por curso: *campus* sede e Planaltina (%)**

Curso	Escolaridade da Mãe			
	Baixa	Média	Alta	Total
Gestão do Agronegócio	61,2	22,4	16,3	100,0
Administração & Agronomia	31,1	38,8	30,1	100,0
<b>Total</b>	40,8	33,6	25,7	100,0
Ciências Naturais	69,6	21,7	8,7	100,0
Biologia & Física	20,0	57,3	22,7	100,0
<b>Total</b>	38,8	43,8	17,4	100,0

Em Gestão do Agronegócio, há duas vezes mais estudantes cuja mãe tem escolaridade baixa (até o ensino médio completo) que nos dois pares de cursos da UnB sede. Em Ciências Naturais, a diferença é ainda maior em relação a cursos congêneres: a razão entre as proporções é de 3,5, ou seja, três vezes e meia maior. Em ambos os cursos do *campus* de Planaltina – com especial destaque para C. Naturais –, a FUP teve um excepcional papel na democratização do acesso à UnB.

A distribuição da renda familiar, de modo análogo à da distribuição da escolaridade materna, é examinada a partir da categoria renda baixa (tabela 4). Ainda uma vez, entre Gestão do Agronegócio e o par Administração & Agronomia, na FUP são muito relativamente mais numerosos os estudantes de famílias de baixa renda; de fato, eles são mais do dobro que nestes cursos, na sede. Situação semelhante é observada entre Ciências Naturais e o par de cursos congêneres na UnB sede. Quase metade dos estudantes da FUP na licenciatura em C. Naturais têm renda familiar baixa (por volta de seis salários mínimos); já entre seus colegas dos cursos assemelhados na sede a proporção é menos da metade. Em



suma, a evidência nitidamente indica que a abertura de cursos na FUP promoveu uma ampliação do acesso de alunos de menor renda à Universidade de Brasília.

**Tabela 4: Renda familiar mensal por curso: *campus* sede e Planaltina (%)**

Curso	Renda familiar mensal			
	Baixa	Média	Alta	Total
Gestão do Agronegócio	31,3	39,6	29,2	100,0
Administração & Agronomia	13,9	40,6	45,5	100,0
<b>Total</b>	19,5	40,3	40,3	100,0
Ciências Naturais	45,7	37,0	17,4	100,0
Biologia & Física	22,2	45,8	31,9	100,0
<b>Total</b>	31,4	42,4	26,3	100,0

Tendência semelhante é evidenciada por outro indicador socioeconômico, o tipo de escola, pública ou privada, em que os alunos concluíram o ensino médio (tabela 5). Na sede, nos cursos congêneres ao Agronegócio, só 20% terminaram o ensino médio em escola pública; já na Gestão do Agronegócio, na FUP, essa fração sobe para quase 50%; esta fração é mais que o dobro da outra. Já nos cursos assemelhados às C. Naturais, comparados aos da FUP, a razão é ainda maior, de 3,7. A evidência aponta, inequivocamente, no sentido de novas oportunidades sociais abertas pelo novo *campus*.

**Tabela 5: Tipo de estabelecimento em que concluiu o ensino médio, por curso: *campus* sede e Planaltina (%)**

Curso	Tipo de estabelecimento em que concluiu o ensino médio		
	Público	Particular	Total
Gestão do Agronegócio	49,0	51,0	100,0
Administração & Agronomia	19,4	80,6	100,0
<b>Total</b>	28,9	71,1	100,0
Ciências Naturais	73,9	26,1	100,0
Biologia & Física	20,0	80,0	100,0
<b>Total</b>	40,5	59,5	100,0

Em resumo, as tabelas anteriores mostraram, em várias dimensões, uma inegável diferenciação do perfil socioeconômico dos alunos entre os cursos ofertados em Planaltina e em seus congêneres no Plano Piloto. Planaltina efetivamente abriu novas oportunidades sociais para o acesso à UnB.

Diante dos percalços enfrentados pela UnB no desenho dos cursos da FUP, no planejamento do novo *campus* e em sua implantação em Planaltina, conforme abordamos na primeira parte deste trabalho, cabe indagar: o cenário de êxito quanto à democratização do

acesso, acima descrito, encontrou ressonância na satisfação dos estudantes com seus cursos? Nem tanto. Os dados da tabela 6 revelam que o nível de *insatisfação* com o curso é consideravelmente mais elevado FUP, o que pode conduzir à evasão, como indicam estudos de Velloso e Cardoso (2008) sobre a UnB. Esses resultados são preocupantes. No grupo de cursos que envolve Gestão do Agronegócio e seus correlatos na sede, a razão entre as proporções de alunos insatisfeitos é de 2,2, isto é, o nível de insatisfação na FUP é mais que o dobro da registrada na sede. No grupo de cursos abrangendo C. Naturais e seus assemelhados na sede, a razão é de 2,4, sugerindo que o grau de insatisfação na FUP é intenso e semelhante ao anterior.

**Tabela 6: Satisfação com a carreira, por curso: *campus* sede e Planaltina (%)**

Curso	Satisfeito com o curso		
	Sim	Não	Total
Gestão do Agronegócio	59,2	40,8	100,0
Administração & Agronomia	81,6	18,4	100,0
<b>Total</b>	74,3	25,7	100,0
Ciências Naturais	45,7	54,3	100,0
Biologia & Física	77,0	23,0	100,0
<b>Total</b>	65,0	35,0	100,0

Boa parte da explicação para os maiores níveis de insatisfação na FUP pode ser encontrada nas entrevistas realizadas com gestores da UnB sede e da FUP – aqueles envolvidos com o planejamento e gestão superior dos cursos de Planaltina, estes participantes da gestão da unidade e dos cursos do novo *campus*. As entrevistas constituem uma outra dimensão da pesquisa que, como indicamos anteriormente, são tratadas apenas parcialmente no presente texto. A maioria dos gestores entrevistados informou que os estudantes da FUP não tinham clareza exata quanto aos cursos oferecidos pela FUP em termos de uma profissão, ou que esses cursos não eram exatamente os desejados por eles ou, ainda, esperavam que o *campus* de Planaltina, tendo como termo de comparação a sede, oferecesse melhores condições materiais ao estudante, como em infra-estrutura e equipamentos.

No cenário da ampliação de oportunidades sociais de acesso à UnB que a FUP vem representando, os níveis de insatisfação com o curso são uma limitação a ser enfrentada com a devida urgência. No outro lado do panorama, sobressai a positiva contribuição da FUP para a democratização do ingresso na UnB. Cabe então perguntar: essa positiva contribuição, alcançada no conjunto das duas turmas analisadas, sofreu alguma alteração ao longo dos anos? Comparemos os dados de dois indicadores socioeconômicos relevantes, a escolaridade da mãe e a renda familiar das turmas de 2006 e 2008.

Na tabela 7 encontram-se as médias de anos de escolaridade da mãe dos alunos de Gestão de Agronegócio e do par Biologia e Física, calculadas para as turmas de 2006 e de 2008. Na turma mais nova, no curso de Gestão do Agronegócio, a média da escolaridade das mães é de 11 anos. Na mesma turma, no par de cursos congêneres na sede, a média é de 13 anos de escolaridade. A razão entre essas duas médias, computada da maior para a menor, é de 1,19, ou seja, no Plano Piloto a média é quase 20% maior que em Planaltina. Interessa saber se essa razão – ou diferença – reflete uma democratização que se manteve ao longo do tempo<sup>11</sup>.

**Tabela 7: Médias de anos de escolaridade da mãe e ano de ingresso: Gestão do Agronegócio e cursos correlatos na sede**

Turma	Cursos	Médias de anos escolar. mãe	Razões Sede/FUP
2006	Gestão do Agronegócio	11,0	1,19
	Administração&Agronomia	13,1	
	Total	12,4	
2008	Gestão do Agronegócio	11,4	1,26
	Administração & Agronomia	14,3	
	Total	13,3	

Na turma de 2008, a média da escolaridade da mãe em Planaltina se manteve praticamente estável em relação à da turma de 2006. Na sede, essa média sofreu pequena variação para cima. Em conseqüência, a razão entre elas também aumentou levemente, para 1,26. Esses números, associados aos anteriores, indicam que a democratização do acesso à UnB propiciada pela oferta da primeira turma do curso de Gestão do Agronegócio em 2006 manteve-se praticamente constante na turma de 2008, com leve tendência ascendente. Assim, ao longo dos anos, esse curso do novo *campus* vem obtendo sucesso no sentido de democratizar o acesso à instituição.

Já os resultados para a escolaridade materna no curso de C. Naturais e no par congêneres da sede são muito diversos e inusitados (tabela 8). Na turma de 2006, a razão entre as médias de anos da escolaridade da mãe é de 1,55, porém cai para 1,27 na turma de 2008. Tomando em conta os dados para o curso de Agronegócio e seus assemelhados, os resultados da tabela 8 são inesperados. Por que, ao contrário de tendências anteriores, cai a razão entre as turmas? As informações de que dispomos não permitem esclarecer a questão. Talvez uma explicação parcial se encontre na menor valorização social das licenciaturas (GATTI, 1997, *apud* MAZZETO; CANEIRO 2002). No início do funcionamento do *campus* de Planaltina, face aos problemas enfrentado e já mencionados, a baixa demanda pelo curso pode ter sido oriunda sobretudo de candidatos de mais baixa extração social, cujas chances de ingresso na

universidade eram menores. À medida que aqueles problemas eram resolvidos, pretendentes de extração social relativamente mais elevada, antes pouco crédulos quanto aos benefícios profissionais que o investimento de tempo e dedicação ao curso lhes trariam, mais tarde teriam buscado a licenciatura em C. Naturais e nela ingressado. Essa hipótese explicaria o aumento da média de escolaridade materna entre uma e outra turma das C. Naturais. No entanto, o comportamento da escolaridade materna em cursos congêneres da sede não encontra hipótese explicativa, que depende de novas informações e estudos futuros.

**Tabela 8: Médias de anos de escolaridade da mãe e ano de ingresso: Ciências Naturais e cursos correlatos na sede**

Turma	Cursos	Médias de anos escolar. mãe	Razões Sede/FUP
2006	Ciências Naturais	9,7	1,55
	Biologia & Física	15,1	
	Total	13,5	
2008	Ciências Naturais	10,8	1,27
	Biologia & Física	13,7	
	Total	12,4	

Consideremos agora o comportamento da variável renda familiar. No curso de Gestão do Agronegócio e no par de cursos correlatos na sede, a razão entre tais médias é de 1,19 na turma de 2006 (tabela 9). Na turma de 2008 a razão sobe para 1,44, uma notável diferença. Se em 2006 a média da renda no par de cursos da sede é apenas cerca de 20% maior que no curso da FUP, entre os alunos que ingressaram em 2008 essa diferença mais que dobra, subindo para 44%. O comportamento da razão confere assim ao curso de Gestão do Agronegócio na FUP um destacado papel de democratização do acesso à UnB.

**Tabela 9: Médias de renda e ano de ingresso: Gestão do Agronegócio e cursos correlatos na sede**

Turma	Cursos	Médias da renda	Razões Sede/FUP
2006	Gestão do Agronegócio	5.237	1,19
	Administração & Agronomia	6.242	
	Total	5.941	
2008	Gestão do Agronegócio	4.939	1,44
	Administração & Agronomia	7.111	
	Total	6.387	

Continuemos com as comparações entre médias de renda familiar. Examinando os dados para o curso de C. Naturais e para o par Biologia & Física (tabela 10) constata-se que

apresentam tendência semelhante aos da tabela anterior. A razão entre as médias de renda familiar é de 1,35, na turma em 2006, aumentando para 1,54 entre os que começaram seus estudos mais tarde, em 2008. O crescimento é notável. Do ponto de vista da renda familiar, portanto, ambos os cursos da FUP promoveram uma democratização do acesso à UnB, com destaque para o papel desempenhado pelo curso de C. Naturais.

**Tabela 10: Médias de renda e ano de ingresso: Ciências Naturais e cursos correlatos na sede**

<b>Turma</b>	<b>Cursos</b>	<b>Médias da renda</b>	<b>Razões Sede/FUP</b>
2006	Gestão do Agronegócio	4.521	1,35
	Administração & Agronomia	6.120	
	Total	5.654	
2008	Ciências Naturais	3.677	1,54
	Biologia & Física	5.675	
	Total	4.761	

Uma nota de advertência quanto aos resultados referentes à escolaridade da mãe e à renda. Os dois indicadores são distintos, um referente ao capital cultural e outro relativo ao capital econômico, no sentido que Bourdieu lhes atribui (BOURDIEU, 1982; 2004). Mas, justamente por serem distintos, embora associados entre si, os dados com eles obtidos não são necessariamente coincidentes. Façamos então o balanço por tipo de indicador, por tipo de curso/*campus* e por turma. O balanço é positivo: em três das quatro situações analisadas os resultados sugeriram que ao longo do tempo a FUP contribuiu para a democratização do acesso à UnB. Os dados sugerem que continua o processo de abertura de oportunidades a alunos de menor extração social e de mais baixa renda.

### **Nota final**

O estudo comparou o perfil social de alunos de um novo *campus* da Universidade de Brasília (UnB), denominado Faculdade UnB Planaltina (FUP), situado na cidade do mesmo nome, cuja população e a das regiões vizinhas têm nível socioeconômico bastante inferior ao da capital federal. A FUP começou a funcionar oferecendo dois cursos, Bacharelado em Agronegócios e Licenciatura em Ciências Naturais. As comparações foram feitas com cursos congêneres ofertados na sede. A principal questão do estudo foi: a inauguração da FUP teria promovido, para camadas de menor renda, novas oportunidades de acesso à educação universitária no DF?

Os principais dados da pesquisa foram obtidos em amostragem por saturação, mediante aplicação de questionários a 73% dos alunos que se desejava alcançar. Esses dados revelaram que a expansão das vagas mediante a instalação do *campus* em Planaltina permitiu, nos cursos estudados, que a universidade abrigasse em seu interior um público com maior presença alunos mais velhos e com uma mais elevada proporção de negros, estudantes de menor escolaridade materna e de mais baixa renda familiar, e oriundos em maior número da escola pública. Em suma, a criação da FUP emprestou relevante contribuição ao processo de democratização do acesso à universidade. Resultados adicionais, obtidos separadamente para as turmas que ingressaram em 2006 e em 2008, considerando a escolaridade da mãe a renda mensal familiar, sugeriram que a abertura da UnB a alunos de menor extração social tendeu a permanecer ao longo do tempo.

Os dados obtidos mostram, inequivocamente, que a FUP teve êxito na democratização do acesso à UnB, mas esse sucesso, pelo menos até o momento em que a pesquisa havia sido conduzida, sofreu algumas limitações. Os potenciais candidatos nem sempre estiveram suficientemente informados acerca do conteúdo e perspectivas profissionais das carreiras ofertadas – novas no cenário da UnB, novas também no plano nacional. Seja por este motivo, seja ainda por outros, a oferta de cursos da FUP em frequentemente não coincidiu com as expectativas da população aos quais eles se destinavam, forjadas nas percepções dos cursos classicamente conhecidos, disciplinares, enquanto os da FUP pretendiam acompanhar tendências contemporâneas da interdisciplinaridade. Ciente de problemas como esses, a UnB empenhou-se em enfrentá-los, porém os dados sugerem que até 2008 as soluções ainda não haviam surtido pleno efeito, colocando desafios para os anos futuros.

## Notas

---

<sup>1</sup> Partes do presente texto se baseiam em dissertação de mestrado de Melo (2009).

<sup>2</sup> Veja-se, por exemplo, a discussão em Nogueira (2008).

<sup>3</sup> A zona de influência do *campus* de Planaltina compreendia esta região administrativa e regiões adjacentes, além de cinco municípios goianos e um mineiro, todas elas áreas de baixo desenvolvimento socioeconômico.

<sup>4</sup> Nos termos do projeto aprovado, cada curso obedece, integralmente, as normas aprovadas para cursos de graduação já oferecidos na sede UnB, Campus Darcy Ribeiro (FUB, 2005).

<sup>5</sup> No início de 2008 a Universidade de Brasília vivenciou uma crise administrativa que culminou na renúncia do reitor. Assumiu uma administração provisória a partir de meados de abril do mesmo ano até meados de novembro, quando foi empossado o novo reitor eleito.

<sup>6</sup> A UnB não dispõe de dados confiáveis sobre características socioeconômicas dos alunos que ingressaram a partir de 2006, inclusive; sendo assim foi necessário coletar os dados primários necessários à pesquisa. A coleta ocorreu entre abril e julho de 2008.

<sup>7</sup> As taxas de evasão identificadas e utilizadas são: 40% no curso de Gestão do Agronegócio, 27,5% no curso de Ciências Naturais, 40% no curso de Física. Para os demais cursos, atribuímos uma taxa de evasão de 20%, considerando o índice geral de 38% de evasão da UnB durante o curso inteiro e o índice de 60% de evasão nos cursos de Ciências Humanas, segundo informação sobre a evasão na UnB (2008) obtida no sítio da instituição.

<sup>8</sup> Tomando em conta o Perfil Socioeconômico dos Alunos de Graduação da UnB (2004) e a classificação econômica Brasil, da Associação Nacional de Empresas de Pesquisa (ANEP), o questionário apresentou as seguintes faixas de renda familiar mensal, em reais: até 207; > 207 a 424; > 424 a 927; > 927 a 1.669; > 1.669 a 2.804; > 2.804 a 4.648; > 4.648 a 7.793; > 7.793.

<sup>9</sup> Assim: categoria sem escolaridade, zero anos; fundamental incompleto, quatro anos de escolaridade; fundamental completo, 8 anos; ensino médio incompleto, nove anos; ensino médio completo, 11 anos; superior incompleto, 13 anos de escolaridade; superior completo, 15 anos; pós graduação, 17 anos de escolaridade.

<sup>10</sup> A razão é obtida dividindo-se o maior valor pelo menor. Exemplo: 0,27 dividido por 0,12 é igual a 2,3. Essa razão é um bom indicador da ordem de grandeza da diferença entre os dois coeficientes de variação.

<sup>11</sup> As duas formas de mensuração da escolaridade da mãe, em categorias baixa, média e alta, ou em médias de anos de escolaridade, têm resultados convergentes. O mérito da primeira reside em permitir melhor visualização de eventuais diferenças; o da segunda é evitar uma subdivisão dos dados em múltiplas categorias, conduzindo a um número de observações por vezes demasiado pequeno e, portanto, pouco confiável.

## Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. Os fatores sociais da excelência escolar. In: \_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo : Perspectiva, 1982.

\_\_\_\_\_. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.), **Pierre Bourdieu – Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 71-79.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (FONAPRACE). **Perfil dos estudantes de graduação: IFES/2004**. Disponível em: <<http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/index.html>>. Acesso em: 2 fev. 2008.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (FUB). **Plano de expansão da Universidade de Brasília**. Brasília, 2005.

GATTI, B.A. **Formação de Professores e Carreira: Problemas e Movimentos de Renovação**. Campinas: Autores Associados, 1997.

HASENBALG, C. O contexto das desigualdades sociais. In: SOUZA, J. (Org.). **Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil - Estados Unidos**. Brasília: Paralelo 15, 1997. p. 63-68.

---

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior**: resumo técnico: 2006. Brasília: INEP, 2008.

MAZZETO, S.E.; CARNEIRO, C.C. Licenciatura em Química da UFC: perfil sócio-econômico, evasão e desempenho. **Química Nova**, São Paulo, v. 25, n. 6B, p. 1204-1210, nov./dez. 2002.

MELO, L. V. S. **A democratização do acesso à educação superior no Distrito Federal**: Universidade de Brasília/Faculdade UnB Planaltina. 2009. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2009.

NEVES, C. E. B.; RAIZER, L. F.; ROCHELE, F. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n. 17, p. 124-157, jan./jun. 2007.

NOGUEIRA, J. F. F. **Projeto de reforma da educação superior brasileira**: processo de elaboração da temática da ampliação e democratização do acesso. 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2008.

SAMPAIO, H. LIMONGI, F.; TORRES, H. **Equidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro**. Brasília: INEP, 2000. (Documento de Trabalho).

VELLOSO, J. Cotistas e não-cotistas: rendimento de três turmas de alunos da UnB. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, no prelo, 2009.

\_\_\_\_\_; CARDOSO, C. B. Evasão na Educação superior: alunos cotistas e não-cotistas na Universidade de Brasília In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 32., 2008, Caxambu, MG. **Anais eletrônicos**. Caxambu, MG: ANPED, 2008.